



Eixo 1 – Não deixar ninguém para trás

## A acessibilidade e a inclusão dos alunos do Colégio Pedro II no âmbito da biblioteca escolar

*Accessibility and inclusion of students at Colégio Pedro II within the school library*

**Lehy Chung Baik Torquato** – Colégio Pedro II – lehybaik@gmail.com

**Juliana Romão Corrêa** – Colégio Pedro II – jromaocorrea@gmail.com

**Michele Iris dos Santos** – Colégio Pedro II – michele.iris@gmail.com

**Simone Alves da Silva** – Colégio Pedro II – silibrarian@gmail.com

**Regina Pereira e Silva** – Colégio Pedro II – ivrosoutravez@gmail.com

**Resumo:** O presente trabalho é um relato de experiência e tem por objetivo mostrar como o Colégio Pedro II tem se tornado inclusivo e como as bibliotecas acompanham essa evolução para dar o suporte necessário aos alunos com necessidades específicas. A pesquisa desenvolveu-se por meio de levantamento bibliográfico, portarias e legislações que norteiam a questão de acessibilidade e inclusão. Mostra como as ações recentes do colégio se articulam com as bibliotecas. Conclui-se que as bibliotecas escolares precisam estar preparadas para se adequar e cumprir seu papel inclusivo reduzindo as desigualdades na acessibilidade quanto ao uso da informação e do espaço.

**Palavras-chave:** Bibliotecas escolares. Acessibilidade. Acesso à biblioteca. Inclusão social. Inclusão digital.

**Abstract:** This paper is an experience report and aims to show how Colégio Pedro II has become more inclusive and how its libraries are keeping pace with this evolution to provide the necessary support to students with specific needs. The research was developed through bibliographic research, ordinances, and legislation that guide the issue of accessibility and inclusion. It shows how the school's recent actions are articulated with the libraries. It concludes that school libraries need to be prepared to adapt and fulfill their inclusive role, reducing inequalities in accessibility regarding the use of information and space.

**Keywords:** School libraries. Accessibility. Access to the library. Social inclusion. Digital inclusion.



## 1 INTRODUÇÃO

O Colégio Pedro II (CPII), fundado em 1837, Rio de Janeiro, instituição de referência nacional em educação básica e integrante da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, oferece educação de qualidade desde a educação infantil até cursos de pós-graduação em nível *lato* e *stricto sensu* (Colégio Pedro II, 2020). Estrutura-se em uma rede *multicampi*<sup>1</sup> integrando estudantes de diferentes contextos socioeconômicos e culturais por meio de processo seletivo.

Desde 2012, o CPII vem construindo políticas e diretrizes internas fundamentadas nos marcos legais da educação inclusiva no Brasil, fortalecendo sua missão de oferecer suporte educacional e atendimento pedagógico especializado aos alunos com necessidades específicas com a finalidade de promover sua inclusão nas atividades desenvolvidas pelos diversos espaços da instituição, bem como o acesso à informação para o desenvolvimento de suas competências e habilidades.

Nesse contexto, destaca-se a atuação das bibliotecas do Sistema de Bibliotecas do Colégio Pedro II (SIBI/CPII)<sup>2</sup>, que vêm desenvolvendo ações para tornar seus espaços acessíveis, desenvolver serviços e produtos informacionais com uso de tecnologias assistivas e, também, capacitar suas equipes.

O presente relato, centrado em experiências institucionais relacionadas à acessibilidade, às práticas pedagógicas e às ações formativas, tem por finalidade documentar e analisar iniciativas desenvolvidas por três bibliotecas a saber: Biblioteca Lélia Gonzalez, Biblioteca Escolar Maria de Fátima Prôa de Melo e Biblioteca Professora Sílvia Becher, no âmbito do SIBI/CPII. Embora representem apenas uma amostra do conjunto mais amplo de práticas existentes, tais experiências evidenciam o caráter arrojado e proativo das unidades envolvidas, que vêm se destacando pela capacidade de identificar demandas emergentes, antecipar desafios e implementar soluções inovadoras alinhadas às diretrizes contemporâneas de inclusão.

Nesse sentido, este trabalho se justifica pela necessidade de compreender como espaços, historicamente reconhecidos como mediadores do acesso à informação e ao conhecimento, têm se reorganizado para atender às demandas da educação inclusiva,

---

<sup>1</sup> Composto por 14 campi e um Centro de Referência em Educação Infantil, divididos em seis bairros da cidade do Rio de Janeiro e nos municípios de Caxias e Niterói.

<sup>2</sup> A estruturação do atual SIBI/CPII, constituído por 17 bibliotecas distribuídas entre os *campi*.



identificando avanços, desafios e possibilidades de aprimoramento. Além disso, as bibliotecas atuam de maneira estratégica na efetivação das políticas de inclusão da instituição, contribuindo para a democratização do conhecimento e para a construção de práticas educacionais verdadeiramente inclusivas.

### **1.1 O Marco Legal da educação inclusiva no Brasil e a política de inclusão no Colégio Pedro II**

A educação inclusiva consolidou-se, nas últimas décadas, como um princípio estruturante das políticas educacionais brasileiras, fundamentada em marcos legais que asseguram o direito de todos à educação, sem discriminação e com igualdade de oportunidades.

A Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988) inaugura o paradigma da educação inclusiva ao garantir, no artigo 208, o atendimento educacional especializado preferencialmente na rede regular de ensino, assegurando igualdade de acesso e permanência aos estudantes. Esse princípio é reforçado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), que define a Educação Especial como modalidade transversal em todos os níveis e etapas da educação, prevendo o Atendimento Educacional Especializado (AEE) como complemento ao ensino comum, e não como substituição. A partir dos anos 2000, o país fortalece essa perspectiva ao alinhar-se às diretrizes internacionais, especialmente após a incorporação da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência da Organização das Nações Unidas (ONU), que assegura a promoção dos direitos humanos, da dignidade e da participação plena das pessoas com deficiência.

Nesse contexto, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008) orienta a reorganização dos sistemas de ensino, priorizando a inclusão em classes comuns, a oferta do AEE e a eliminação de barreiras arquitetônicas, pedagógicas e comunicacionais. Em 2015, a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015) consolida o conceito de pessoa com deficiência ao considerar a interação entre impedimentos e barreiras sociais que limitam a participação em igualdade de condições. Mais recentemente, o Decreto nº 12.686/2025 (Brasil, 2025) institui a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva, reafirmando o direito à educação em um sistema inclusivo para estudantes com deficiência, transtorno do



espectro autista e altas habilidades/superdotação, além de proibir a exigência de laudo médico para acesso ao AEE e ampliar a responsabilidade das instituições na promoção da acessibilidade e da inclusão.

Partindo dos princípios da legislação nacional, desde 2012<sup>3</sup> iniciou-se a construção das políticas internas de acessibilidade e educação inclusiva do CPII com a publicação da Portaria nº 906, que cria o Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais (NAPNE) (Colégio Pedro II, 2012). O NAPNE torna-se o marco da política de inclusão do CPII, sendo responsável por implementar o AEE e pela preparação da instituição para receber e acompanhar os alunos da educação especial em todos os segmentos de ensino, em articulação com setores pedagógicos, a fim de garantir sua permanência na instituição e sua inserção na sociedade. As principais atribuições do NAPNE são (Colégio Pedro II, 2019, grifo nosso):

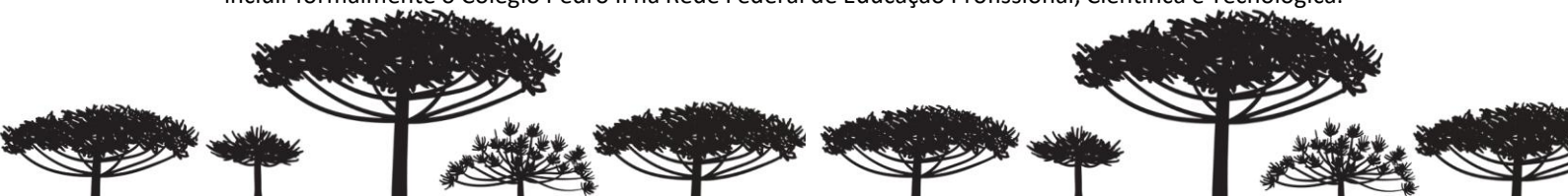
**Investigar** as possíveis causas das dificuldades apresentadas pelos estudantes encaminhando-os para os atendimentos específicos de que necessitam; **identificar, elaborar e organizar** os recursos de acessibilidade física, de comunicação, de tecnologias assistivas e didático-pedagógicos, considerando as necessidades específicas de cada estudante acompanhado pelo NAPNE; **integrar** a proposta pedagógica da escola, assegurando suporte técnico e pedagógico aos professores e funcionários que atuam com os estudantes com necessidades específicas.

Dessa forma, as ações de acessibilidade e inclusão desenvolvidas evidenciam que NAPNE, enquanto órgão institucional, destina-se ao atendimento de estudantes com diferentes tipos de deficiências e limitações físicas, bem como alunos neurodivergentes. O núcleo também contempla alunos que apresentam fatores neurocomportamentais decorrentes de condições psicológicas ou sociais, ainda que temporárias, que possam impactar seu desenvolvimento pedagógico.

Consolidada para o cotidiano escolar essas diretrizes ganham vida em adaptações de materiais, reorganização de espaços, uso de recursos assistivos, formação de professores e na construção de uma cultura escolar que valoriza a diversidade. Cada iniciativa, por menor que pareça, contribui para criar ambientes mais acessíveis e acolhedores, onde os estudantes, mesmo com limitações, podem participar plenamente das atividades e desenvolver suas potencialidades.

---

<sup>3</sup> Em junho de 2012, a redação da Lei nº 11.892/2008 (criação dos Institutos Federais) foi alterada para incluir formalmente o Colégio Pedro II na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.



## 2 METODOLOGIA

Esse estudo adota abordagem qualitativa, de natureza descritivo analítica, conforme referencial metodológico Gil (2019). Trata-se de um relato de experiência, modalidade adequada para a sistematização de práticas institucionais desenvolvidas em contextos reais. A coleta de dados foram obtidas por meio de observação direta, registros institucionais, documentos administrativos e indicadores de participação, seguindo procedimentos de análise temática descritos por Bardin (2016).

A metodologia articula-se aos princípios da pesquisa ação, uma vez que as iniciativas envolveram participação ativa de docentes, técnicos e estudantes, orientando processos contínuos de intervenção e aprimoramento das práticas de acessibilidade.

## 3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

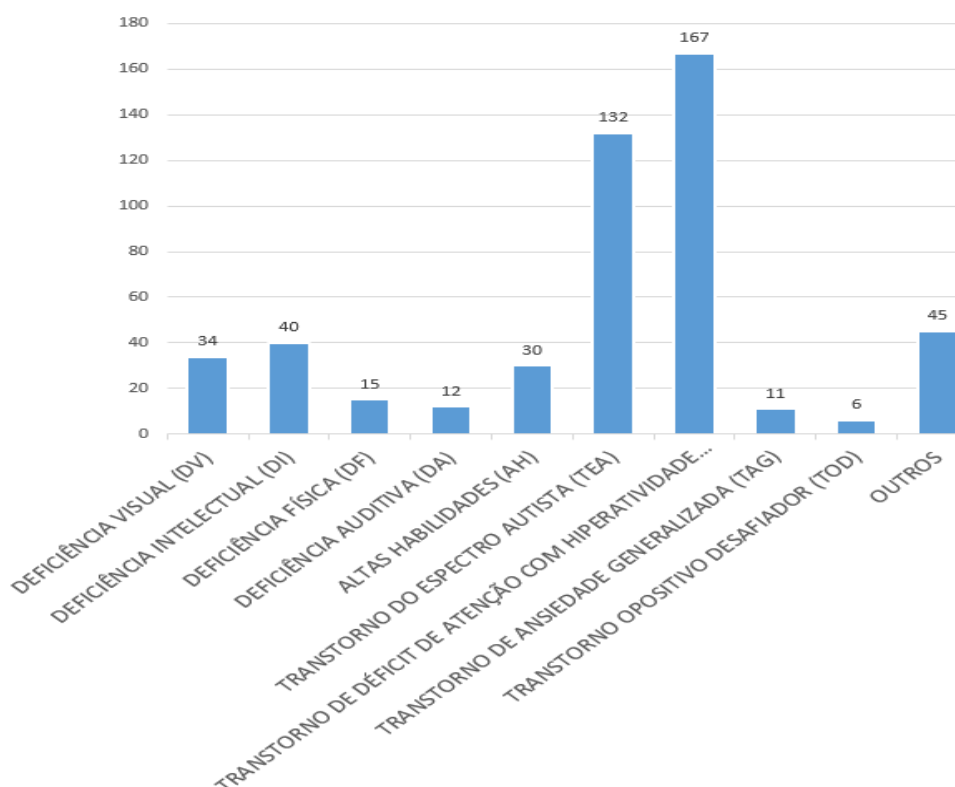
O direito à informação em todos os níveis e modalidades do sistema educacional é essencial para garantir ao aluno o aprendizado ao longo de toda a vida e participação plena nos processos sociais. Essa premissa recai sobre a biblioteca escolar, cuja missão é garantir que todas as pessoas possam acessar informações, frequentar os espaços e executar serviços, independentemente de suas condições físicas, cognitivas ou sensoriais. Apresenta-se abaixo um gráfico e amostra com dados e perfis de alunos que apresentam necessidades específicas atendidos pelo NAPNE de 3 *campi*<sup>4</sup> do CPII no período entre 2023 a 2026:

---

<sup>4</sup> Dados coletados dos NAPNEs, do campus Tijuca, Centro e Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura (PROPGPEC). Esses dados compreendem estudantes da educação básica à Pós-Graduação, pois o CPII possui um perfil institucional diversificado.



**Gráfico 1 – Especificidades atendidas pelo NAPNE**



Fonte: NAPNE (2026).

A análise da evolução anual demonstra que o NAPNE ampliou o número de alunos atendidos, consolidou práticas de identificação precoce, acompanhamento sistemático junto com as equipes pedagógicas. Esse movimento fortaleceu a capacidade institucional de reconhecer diferentes formas de aprender e de garantir que cada estudante tivesse acesso às condições necessárias para participar plenamente das atividades escolares.

Observa-se que ao longo desse período, o atendimento passou a abranger de forma mais expressiva alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA), Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH), dislexia, deficiências sensoriais e motoras, além de transtornos de aprendizagem e condições neurocomportamentais. Essa diversificação revela um cenário escolar cada vez mais plural e complexo, demandando respostas pedagógicas mais refinadas e ações de acessibilidade mais robustas, apontando para um avanço importante na cultura inclusiva no CPII.

Nota-se que do total de alunos acompanhados pelo NAPNE, menos da metade utiliza os serviços e espaços das bibliotecas. Por isso, realizou-se recentemente, o mapeamento de acessibilidade nas bibliotecas do CPII, onde o objetivo é identificar



barreiras físicas, comunicacionais, tecnológicas, atitudinais, entre outras, que possam dificultar o acesso, a permanência e o uso dos espaços por alunos com deficiência.

A outra finalidade é auxiliar no diagnóstico das condições atuais de cada biblioteca, possibilitando a avaliação de aspectos como a estrutura física, os recursos de acessibilidade, as práticas de atendimento inclusivo, a acessibilidade digital e a adequação dos espaços às diferentes necessidades específicas dos usuários, além de pensar em formas de incluí-los para que se sintam acolhidos e pertencentes ao espaço. Vieira e Silva (2022, p. 32) destacam que “os gestores precisam estar atentos para conhecer e acolher o estudante e sua família, além de providenciar os recursos materiais e humanos que viabilizem acessibilidade e acesso ao conhecimento”.

Um ponto crucial nesse processo é a “quebra de barreiras decorrentes do preconceito e da falta de informação na direção de uma mudança de mentalidade em relação às possibilidades e às potencialidades dos alunos” (Vara; Cidade, 2020, p. 182). A construção de um ambiente inclusivo na biblioteca não pode ser uma tarefa isolada, uma vez que “o ato de educar, no contexto de uma escola que se propõe a incluir, exige persistência e participação de toda a comunidade escolar” (Vara; Cidade, 2020, p. 183).

Nesse contexto, o SIBI/CPIL ampliou a política de inclusão nas bibliotecas, compostas no total por 55 profissionais, porém ressalta-se que de acordo com o mapeamento realizado, não houve capacitação para se adequar ao atendimento dos alunos com especificidades. Destacam-se assim algumas iniciativas:

**Institucionalização e estrutura:** destaca-se a formação do Grupo de Trabalho (GT) Acessibilidade e Inclusão Social, formalizado pela Portaria nº 5.446/25 (Colégio Pedro II, 2025), cuja função é coordenar, propor e acompanhar ações estruturantes relacionadas à acessibilidade informacional e tecnológica.

Implantação do Espaço de Tecnologias Assistivas e Serviços Informacionais Inclusivos (ESTASII) na Biblioteca Professora Silvia Becher. Esse espaço foi estruturado para oferecer serviços especializados, como a produção de materiais bibliográficos em formatos digitais acessíveis, orientação técnica sobre o uso de tecnologias assistivas disponíveis, e mediação informacional voltada à autonomia do usuário. A organização do espaço contempla equipamentos, softwares e fluxos de atendimento alinhados às normativas vigentes de acessibilidade, garantindo padronização dos procedimentos e rastreabilidade das atividades realizadas.



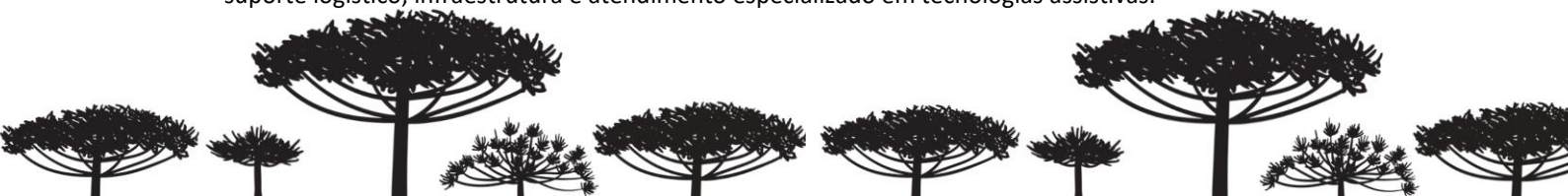
**Capacitação e sensibilização:** realização da oficina de audiodescrição (AD) “Traduzindo imagens em palavras”. A oficina configurou uma experiência formativa de alto impacto, ao combinar fundamentação técnica, prática aplicada e reflexão crítica. Teve como alvo capacitar participantes na aplicação de técnicas de AD para materiais visuais utilizados em contextos pedagógicos, culturais e informacionais. As palestras, debates, consultas e pesquisas feitas a comunidade escolar consolidaram ações de inclusão como referência institucional. Nesse contexto, o SIBI/CPII, por meio do GT Acessibilidade e Inclusão Social, atua diretamente na formação de servidores das bibliotecas e na produção de materiais acessíveis, em parceria com o NAPNE. Esse planejamento contínuo visa à eliminação efetiva de barreiras, de modo que o aluno possa ter uma biblioteca plenamente acessível e inclusiva.

**Sala sensorial imersiva**<sup>5</sup>: realização da Feira de Linguagens “O meu Lugar: de Madureira ao Valongo” na biblioteca Maria de Fátima Prôa de Melo no *campus* Centro. A experiência configurou-se como um processo pedagógico consistente, sustentado por planejamento colaborativo, práticas inclusivas e participação ativa dos alunos. A iniciativa consolidou-se como um dispositivo formativo capaz de articular arte, linguagem, acessibilidade e reflexão crítica, contribuindo para o fortalecimento da cultura institucional de inclusão e diversidade. Destacou-se a experiência sensorial estruturada como ambiente imersivo de exploração dos sentidos, utilizando materiais reciclados e de baixo impacto ambiental. A proposta assumiu caráter pedagógico ao fomentar a compreensão sobre acessibilidade, diversidade sensorial e práticas de empatia.

**Reflexão e Intercâmbio:** realização, em 2018, do I Encontro dos Bibliotecários da Rede Técnica Federal (I EBIREF), junto ao Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ), Instituto Federal Fluminense (IFF) e Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET-RJ). Em 2025, realizou-se o II EBIREF-RJ versando sobre a Agenda 2030 e os objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS). Esses encontros proporcionam reflexões sobre os desafios e as possibilidades que as bibliotecas possuem enquanto espaço de conhecimento, inclusão e transformação social.

---

<sup>5</sup> Contou com a participação do NAPNE dos *campi* Centro e Tijuca II, equipe do ESTASII, oferecendo suporte logístico, infraestrutura e atendimento especializado em tecnologias assistivas.



#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados evidenciam avanços significativos na institucionalização da acessibilidade no SIBI/CPII, com destaque para a criação do GT Acessibilidade e Inclusão Social e a implantação do ESTASII, que ampliaram o acesso à informação. As ações formativas e de sensibilização fortalecem a cultura de inclusão nas bibliotecas, enquanto o levantamento de dados do NAPNE e o mapeamento das unidades permitiram diagnósticos precisos e planejamento de intervenções. Apesar dos progressos, persistem desafios à disponibilidade de recursos financeiros para adequações estruturais e aquisição de tecnologias assistivas.

Ao longo deste trabalho, permitiu compreender que a política de inclusão do CPII e articulações com os setores, como as bibliotecas, são resultado de um processo histórico, normativo e institucional que se fortalece continuamente. Observa-se que essa política incorpora dimensões socioculturais e identitárias, alinhando-se às discussões contemporâneas sobre diversidade e direitos humanos. E a compreensão de inclusão, vai além da deficiência, incorpora perspectivas interseccionais e de combate às desigualdades estruturais.

Nesse panorama as bibliotecas devem remover barreiras, sejam elas físicas, sensoriais, cognitivas ou sociais. O que as bibliotecas almejam é se tornar capacitada para reconhecer e trabalhar com a diversidade de alunos no colégio. Diante disso conclui-se que as ações recentes demonstram capacidade de inovação, articulação institucional e compromisso com a formação integral dos estudantes. Assim, o SIBI/CPII reafirma o seu papel como agente central na promoção da equidade informacional e na construção de ambientes verdadeiramente inclusivos em toda a rede.

#### REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidente da República, [2016]. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 07 maio 2026.

BRASIL. **Decreto nº 12.686**, de 20 de outubro de 2025. Institui a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva e a Rede Nacional de Educação Especial Inclusiva. Brasília, DF: MEC, 2025. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2023-2026/2025/decreto/d12686.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2025/decreto/d12686.htm). Acesso em: 10 mar. 2026.



BRASIL. **LDB**: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. 4. ed. Brasília, DF: Senado Federal, 2020. Disponível em: <https://www.2.senado.gov.br/bdsf/handle/id/572694>. Acesso em 10 mar. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, DF: MEC/SEESP, 2008. Disponível em: <https://bibliotecadigital.mdh.gov.br/jspui/handle/192/9891>. Acesso em 10 mar. 2026.

BRASIL. Ministério da Justiça e Cidadania. **Secretaria de Especial dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência. Lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência**. Brasília: Ministério da Justiça e Cidadania, 2016. Disponível em: <https://www.mds.gov.br/webarquivos/Oficina%20PCF/JUSTIÇA%20E%20CIDADANIA/convencao-e-lbi-pdf.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2026.

COLÉGIO PEDRO II. **CPII inaugura Espaço de Tecnologias Assistivas e Serviços Informativos Inclusivos**. Rio de Janeiro, 2025. Disponível em: <https://www.cp2.g12.br/ultimaspublicacoes/225-noticias/14952-cpii-inaugura-espaco-de-tecnologias-assistivas-e-servicos-informativos-inclusivos.html>. Acesso em 7 maio 2026.

COLÉGIO PEDRO II. **Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas**. Rio de Janeiro: CPII, 2019. Disponível em: <https://www.cp2.g2.br/using-joomla/extesions/components/content-component/article-categories/9151-napne.html>. Acesso em: 10 mar. 2026.

COLÉGIO PEDRO II. **Portaria nº 906, de 2012**. Cria o Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais. Rio de Janeiro: CPII, 2012. Disponível em: [https://www.cp2.g12.br/images/pdf/proen/portarias/2012/Portaria\\_906\\_2012\\_NAPN E.pdf](https://www.cp2.g12.br/images/pdf/proen/portarias/2012/Portaria_906_2012_NAPN E.pdf). Acesso em: 10 mar. 2026.

COLÉGIO PEDRO II. **Portaria nº 5.446, de 2025**. Cria o Grupo de Trabalho Acessibilidade e Inclusão Social em Bibliotecas do Colégio Pedro II. Rio de Janeiro: CPII, 2025. Disponível em: [https://www.cp2.g12.br/images/comunicacao/2025/Julho/Portaria\\_20255446.pdf](https://www.cp2.g12.br/images/comunicacao/2025/Julho/Portaria_20255446.pdf). Acesso em: 10 mar. 2026.

COLÉGIO PEDRO II. **Projeto de inclusão realiza oficina de audiodescrição em parceria com extensão**. Rio de Janeiro, 2025. Disponível em: <https://www.cp2.g12.br/ultimaspublicacoes/225-noticias/14890-projeto-de-inclusao-realiza-oficina-de-audiodescricao-em-parceria-com-extensao.html>. Acesso em: 10 mar. 2026.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

VARA, M. de F. F.; CIDADE, R. E. **Conhecimentos básicos da deficiência física para o atendimento educacional especializado**. 1. ed. Curitiba: Intersaberes, 2020. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em 10 mar. 2026.

VIEIRA, M. C.; SILVA, M. A. da. **Gestão escolar e organização do trabalho pedagógico na educação inclusiva**. 1. ed. Curitiba: Intersaberes, 2022. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 10 mar. 2026.

